



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

Aos 23 dias do mês de novembro de 2021, reuniu, pelas 14 horas e 30 minutos, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, na sala nove do Palácio de S. Bento e por videoconferência TEAMS, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação de Parecer relativo a levantamento de imunidade

2 – Apreciação e votação na especialidade dos Projetos de Lei relativos à matéria do lobbying:

Projeto de Lei n.º 30/XIV/1ª (CDS-PP) – [Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses \(“LOBBYING”\)](#)

Projeto de Lei n.º 181/XIV/1ª (PAN) – [Regulamenta a atividade de lobbying e procede à criação de um Registo de Transparência e de um Mecanismo de Pegada Legislativa \(procede à primeira alteração à Lei Orgânica n.º 4/2019, de 13 de setembro, e à décima quarta alteração à Lei n.º 7/93, de 1 de março\)](#)

Projeto de Lei n.º 253/XIV/1ª (PS) – [Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses](#) (Foi apresentada uma proposta de substituição integral das referidas iniciativas pelos proponentes)

3 – Apreciação e votação do Relatório de Atividades da 3.ª Sessão Legislativa da XIV Legislatura

4 – Aprovação das atas n.º 66, de 9 de novembro e n.º 67, de 16 de novembro

5 – Diversos

Entrando no **Ponto 1** da Ordem de Trabalhos, o Senhor **Presidente da Comissão, Deputado Jorge Lacão (PS)** deu a palavra à Senhora **Deputada Rita Borges Madeira (PS)**, relatora do parecer sobre o pedido levantamento de imunidade da Senhora Deputada Cristina Rodrigues (Ninsc) tendo de seguido procedido à sua breve apresentação. O Senhor **Deputado Nelson Silva (PAN)** referiu que o seu grupo parlamentar não iria participar na votação do parecer por questões de conflito de interesses.



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

De seguida, o Senhor Presidente colocou à votação o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, registando-se a não participação do GP do PAN.

Entrando-se no **Ponto 2**, o Senhor Presidente recordou o histórico do processo legislativo relativo à matéria do Lobbying na Legislatura anterior. De seguida, referiu que os três Grupos Parlamentares (PS, CDS-PP e PAN) que tinham apresentado iniciativas legislativas sobre esta matéria tinham apresentado um texto de substituição comum, acrescentando que três deputados do GP do PSD tinham apresentado uma proposta de alteração a esse texto de substituição. O Senhor **Deputado Francisco Oliveira (PS)** referiu que dada a sensibilidade da matéria, entendia que estas iniciativas deviam ser analisadas com mais profundidade, tendo requerido o adiamento deste ponto. O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** referiu que acompanhava o proposto pelo GP do PS quanto ao adiamento da discussão destas iniciativas, reiterando que o seu Grupo Parlamentar já tinha defendido anteriormente esta posição. Destacou que o tempo era muito escasso para se apreciar e discutir, na especialidade, estas iniciativas, realçando que a proposta apresentada pelos Deputados do PSD era relevante pois a redação proposta restringia a atividade dos advogados, denotando desse modo a necessidade de um maior amadurecimento destas ideias. Acrescentou que era necessário tempo para se refletir sobre estas iniciativas, tal como se fez para outras igualmente complexas, concluindo que o seu Grupo Parlamentar votava em projetos de leis para se cumprir.

Perante as posições assumidas pelo GP do PS e do PSD, o Senhor Presidente colocou à consideração dos restantes Grupos Parlamentares o pedido de adiamento da discussão deste ponto. O Senhor **Deputado Nelson Silva (PAN)** questionou se o pedido de adiamento era no uso do direito potestativo, tendo o Senhor Presidente, após clarificado com o GP do PS e do PSD, referido que não era no uso do direito potestativo pelo que o mesmo teria de ser votado. Esclarecida a dúvida, o Senhor **Deputado Nelson Silva (PAN)** referiu que tinha ficado espantado com o pedido de adiamento apresentado pelo GP do PS, aludindo ao longo debate já concretizado sobre o Lobbying. Relativamente à intervenção do Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** referiu que no último Governo do PSD, esta questão já tinha sido suscitada, lamentando o retrocesso do PSD nesta matéria. Concluiu referindo que o seu Grupo Parlamentar ia votar contra o pedido



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

de adiamento, acrescentando que o texto de substituição não era o mesmo que o seu GP tinha apresentado, mas, pelo menos, já era um caminho.

O Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)** interpelou a Mesa para clarificar se o pedido de adiamento era ou não no uso do direito potestativo, tendo o Senhor Presidente esclarecido que o GP do PS e do PSD referiram não ser no uso do direito potestativo logo o requerimento de adiamento tinha de ser votado.

O Senhor **Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP)** referiu que o seu GP teve reservas na participação desta iniciativa, tendo defendido que desde o conhecimento da dissolução da Assembleia da República, que considerava que estas iniciativas não deviam ter avançado. Destacou que a mesma Comissão que considerou que o enriquecimento ilícito poder-se-ia tratar em dias, já não o permitiu quanto ao Lobby, concluindo que mais valia ter se ficado com a versão minimalista da iniciativa. O Senhor **Deputado João Oliveira (PCP)** referiu que o seu GP tinha sido contra o tráfico de influência desde o início e que não tinha dúvidas nem dificuldades sobre as discussões sobre o Lobby uma vez que o GP do PCP iria sempre votar contra. Realçou que se havia Grupos Parlamentares que tinham dúvidas, considerava eficaz adiar-se a sua discussão. Referiu que a AR estava em cumprimento pleno das suas funções, mas era necessário ver se havia ou não condições para a apreciação das iniciativas, sendo preciso ter um critério de eficácia dos trabalhos parlamentares. O Senhor **Deputado José Manuel Pureza (BE)** referiu que havia um único critério que devia orientar os trabalhos na AR, sendo este ultimar os trabalhos pendentes. Destacou que havia controvérsias neste pacote que ainda não estavam fechadas, como a identificada pelos três deputados do PSD e que quando se falou nos trabalhos que podiam ser ultimados na CTED, o GP do BE disse que era pouco crível o Lobby ficar concluído, mas podia acontecer, destacando que o seu GP iria votar contra esta iniciativa. Quanto ao pedido de adiamento, referiu que era preciso seguir uma linha uniforme, acrescentando que não acreditava que houvesse interesse em seguir. O Senhor **Deputado Pedro Delgado Alves (PS)** referiu que compreendia as distâncias dos GP, mas já tinha havido um debate longo sobre esta matéria na Legislatura anterior, sendo que este texto de substituição tentava chegar a um compromisso. Quanto à plenitude das funções da AR, não havia dúvidas, esta estava na posse das suas funções. Referiu que havendo um requerimento para adiar, era necessário votar. Por fim, pediu a palavra para



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

agradecer o esforço dos Senhores Deputados Nelson Silva (PAN) e João Pinho de Almeida (CDS-PP) para tentar alcançar o texto de substituição apresentado, deixando o agradecimento do trabalho feito. A Senhora **Deputada Constança Urbano de Sousa (PS)** referiu que não estavam em causa os poderes da AR, e que o texto de substituição apresentado merecia uma maior ponderação, destacando que não se conseguia avaliar os efeitos práticos desta iniciativa. Alertou que se corria o risco de não regular o Lobby, mas apenas criar burocracias administrativas, concluindo pela concordância no adiamento da discussão.

O Senhor **Deputado Nelson Silva (PAN)**, pedindo de novo a palavra, referiu que esta última interpelação lançava um vislumbre preocupante uma vez que o texto comum apresentado era baseado no projeto proposto pelo GP do PS, tendo agradecido as palavras do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS). Quanto à intervenção do Senhor Deputado André Coelho Lima (PSD), referiu que no Governo de Passos Coelho, tinha havido uma proposta do Secretário de Estado Pedro Longa que só não avançou porque terminou o mandato. Quanto ao que referiu o Deputado João Oliveira (PCP), destacou que era possível avocar o texto da iniciativa para plenário, referindo que seria isso que o seu GP faria. O Senhor **Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP)** acrescentou que não havia nenhum facto novo que se justificasse este adiamento. Destacou que há oito dias tinha manifestado dificuldade em fazer a especialidade do enriquecimento ilícito, por problemas de tempo, mas não quis impedir o processo porque uma maioria assim o pretendia. Considerou que não era leal que um Grupo Parlamentar menor se ter disponibilizado para uma especialidade, e o GP do PS pretender, à última da hora, adiar a sua discussão pedindo que houvesse a frontalidade e se dissesse que isto não era um adiamento.

O Senhor Presidente referiu que, após o debate, parecia que o pedido de adiamento era para não retomar a discussão desta iniciativa nesta Legislatura.

O Senhor **Deputado André Coelho Lima (PSD)** clarificou que o pedido de adiamento era para não se debater esta iniciativa nesta legislatura. Alertou que o GP do PSD sempre foi desta opinião, tendo lembrado que tinham apresentado este mesmo argumento há três semanas pois sabiam das questões internas do PSD. Referiu que utilizou a proposta de alteração dos três deputados do PSD para demonstrar a necessidade de tempo para o



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

GP do PSD amadurecer a sua posição, concluindo que não havia condições para tomar, de pleno juízo, uma discussão desta natureza.

O Senhor **Deputado Francisco Oliveira (PS)**, relativamente à declaração do Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP), referiu que não era uma questão de lealdade sendo os processos legislativos dinâmicos. Quanto à questão do Senhor Deputado Nelson Silva (PAN), referiu que a avocação para plenário apenas podia ser da iniciativa apresentada pelo seu GP.

O Senhor Presidente referiu que o debate se concretizava numa proposta convergente apresentada pelo GP do PS e do PSD, com um requerimento de adiamento do processo de especialidade desta iniciativa até ao final desta Legislatura, em sede de Comissão.

Colocado o requerimento à votação, o mesmo foi aprovado por maioria, com votos contra do GP do PAN e do Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) e abstenção do GP do BE e do CDS-PP.

O Senhor Presidente referiu que os Pontos 3 e 4 da Ordem do Dia seriam adiados.

Nada mais havendo a acrescentar, o Senhor Presidente agradeceu aos Senhores Deputados a sua presença e participação na reunião, que ficou registada em áudio. A reunião foi encerrada pelas 15 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de dezembro de 2021.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Jorge Lacão)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Constança Urbano De Sousa (PS)

Fernando Anastácio (PS)

Filipe Neto Brandão (PS)

Francisco Pereira Oliveira (PS)

Isabel Alves Moreira (PS)

Jorge Lação (PS)

José Magalhães (PS)

Pedro Cegonho (PS)

Pedro Delgado Alves (PS)

Rita Borges Madeira (PS)

André Coelho Lima (PSD)

Catarina Rocha Ferreira (PSD)

Hugo Patrício Oliveira (PSD)

Márcia Passos (PSD)

Paulo Rios De Oliveira (PSD)

Pedro Rodrigues (PSD)

Sara Madruga Da Costa (PSD)

Sofia Matos (PSD)

José Manuel Pureza (BE)

João Oliveira (PCP)

João Pinho De Almeida (CDS-PP)

Nelson Silva (PAN)

Cláudia Santos (PS)

João Paulo Correia (PS)



Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados

ATA NÚMERO 68/XIV/3.ª SL

Lúcia Araújo Silva (PS)

Eduardo Teixeira (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Filipe Soares (BE)